

## MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DIREITO À CIDADE: a produção do urbano através da Comunidade do Timbó

### *COMMUNITY MOBILIZATION AND THE RIGHT TO THE CITY: the production of the urban through the Timbó Community*

Williane Pontes\*

#### Resumo

Este artigo examina uma mobilização comunitária como prática do direito à cidade, com foco em seu papel na configuração do espaço urbano da cidade de João Pessoa-PB, com ênfase para a Comunidade do Timbó, que surge de uma mobilização pela permanência no local de moradia e, posteriormente, encontra nesse tipo de atuação coletiva um modo de acessar a urbanização. A análise se apoia nas narrativas das moradoras antigas e nos textos compartilhados em uma plataforma digital usada para fortalecer a mobilização comunitária, propondo uma reflexão sobre estratégias para reinventar a cidade a partir das margens. Trata da produção do urbano por atores e espaços persistentemente negligenciados pela gestão urbana.

**Palavras-chave:** mobilização; margem; produção do urbano; Comunidade do Timbó.

#### Abstract

This article examines a case of community mobilization as a practice of the right to the city, focusing on its role in shaping the urban space of João Pessoa, Brazil, with emphasis on the Timbó Community. Originating from a collective struggle for permanence in place of housing, the community later found in such forms of collective action a means of accessing urbanization. The analysis is grounded in the narratives of long-term residents and in texts shared on a digital platform used to strengthen community mobilization, offering a reflection on strategies for reinventing the city from its margins. It addresses the production of the urban by actors and spaces persistently neglected by urban governance.

**Keywords:** mobilization; margin; urban production; Timbó Community.

#### Introdução

A cidade é um ambiente construído, uma projeção da sociedade no espaço geográfico. Reflete e reproduz as desigualdades sociais, o que contribui para a configuração de uma exclusão urbana comumente identificada e analisada em estudos acadêmicos (Wacquant, 2001, 2017; Caldeira, 2000; Silva, 2011; Maia, 2014; Rolnik, 2015). A prerrogativa da cidade não é garantida a todos os cidadãos. Há uma produção do ambiente urbano direcionada pela especulação imobiliária (Maricato, 2002), que

---

\* Doutora e mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: williane.pts@gmail.com.



delineia a cidade para alguns — reforçada pela relação estreita entre o Estado e o mercado imobiliário na formulação de políticas urbanas — e tende a excluir os pobres da apropriação e construção do espaço urbano.

O direito à cidade é habitualmente negado às camadas pobres, isto é, a participação ativa na produção e transformação da cidade para acessar bens e serviços e, sobretudo, influenciar no planejamento urbano, no processo de organizar o espaço e o cotidiano. Henri Lefebvre (2008), grosso modo, situa o agenciamento coletivo e participativo no direito à cidade, que extrapola a apropriação do espaço urbano, do acesso físico, ao enfatizar a necessidade de decidir e se envolver na construção desse ambiente. A restrição a este direito resulta na dependência do Estado — ou do mercado imobiliário — para proporcionar melhores condições de vida nos bairros e comunidades.

Essa restrição é uma forma de desigualdade que norteia a discussão, a qual objetiva refletir sobre a mobilização comunitária no Timbó, situada na zona sul da cidade de João Pessoa, Paraíba. Trata-se de uma mobilização que será analisada sob a ótica do direito à cidade, de como os moradores participam do processo de urbanização e do acesso a equipamentos e serviços públicos, promovendo uma reconfiguração urbana no Timbó no decorrer dos anos, especialmente a partir de 2009.

Para refletir sobre esse processo, apoio-me no material produzido na pesquisa etnográfica sobre o Timbó, desenvolvida no âmbito do curso de doutorado em Antropologia (PPGA-UFPB). A ênfase dá-se na narrativa das moradoras, em sua maioria chefes de família e que vivenciam a cidade a partir desse lugar de moradia e pertencimento (Pontes, 2021)<sup>1</sup>, bem como em narrativas de sujeitos externos à comunidade, ou seja, não moradores, mas que mantêm vínculos com a comunidade, como o antigo pároco André, responsável pela capela local, e apontado pelas interlocutoras como uma figura importante no estímulo de uma das mobilizações comunitárias em análise: a campanha SOS Timbó.

Narrativas que foram conhecidas mediante conversas informais e entrevistas gravadas com as interlocutoras, geralmente na calçada de suas casas, na sede da

---

<sup>1</sup> As narrativas acionadas foram produzidas por um conjunto de 6 moradoras antigas, que residem e vivenciam a comunidade há mais de 10 anos, sendo que algumas participaram do processo de surgimento e consolidação do Timbó. As narrativas foram produzidas mediante conversas informais e entrevistas gravadas, realizadas em 2019, com a continuação do diálogo em 2023, após a pandemia de Covid-19.

associação de moradores ou na igreja situada em um bairro no centro da cidade, no caso da interlocução com o padre André, que não atua mais na capela da comunidade. A manutenção de encontros e conversas com as moradoras nos espaços urbanos do Timbó, o uso da observação participante e uma escuta atenta e corriqueira foram as principais técnicas de pesquisa utilizadas para a captação e compreensão das narrativas aqui abordadas, que são complementadas com a documentação compartilhada no blog *Cristão em Ação*, administrado, principalmente, pelo padre.

A plataforma digital do blog, portanto, completa o material acompanhado e trabalhado para a construção analítica, mapeando as matérias com conteúdo vinculado à comunidade e analisando-as como parte importante para pensar a mobilização comunitária. Desse modo, a proposta é pensar a produção da cidade a partir da Comunidade do Timbó, cujos moradores narram sobre uma experiência de viver a cidade através de mecanismos de exclusão, mas que também se organizam e se mobilizam para reivindicar direitos e, conseqüentemente, o espaço urbano.

### A Comunidade do Timbó

No final da década de 1970, surgiu a ocupação que se consolidou como a Comunidade do Timbó, em uma área do Vale do Rio Timbó, inicialmente utilizada pela gestão urbana<sup>2</sup> para a extração de matéria-prima da construção civil<sup>3</sup>, empenhada na edificação do conjunto habitacional que fundou o bairro dos Bancários — uma continuidade da política empreendida entre os setores federal, estadual e municipal do Estado através do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap). O Timbó marca modos de moradia e formas de habitar produzidas em paralelo ao planejamento urbano

<sup>2</sup> No Brasil, a gestão urbana é tradicionalmente constituída por técnicos, políticos e agentes do mercado com o intuito de beneficiar a especulação imobiliária, o que favorece o desenho de cidades marcadas pela segregação socioespacial, como demonstra Ermínia Maricato (2002) ao analisar o urbanismo brasileiro e as formas que ignoram as contradições sociais e, sobretudo, as reproduzem espacialmente.

<sup>3</sup> Tal atuação no terreno ocasionou a abertura de uma cratera que conformou uma geografia irregular, repleta de amontoados de saibro e envolta por duas grandes encostas, que constituiu a localidade como uma área de risco ambiental pela possibilidade iminente de deslizamento e soterramento em períodos de chuvas intensas. As encostas demarcam um declive entre duas áreas na comunidade: uma parte baixa onde a ocupação teve início e que contempla a maioria da população, com 17 ruas e alguns becos e vielas; e uma parte alta, acima da encosta, constituída de duas ruas, uma delas sendo a principal do Timbó, que faz fronteira com os Bancários.



modernista, extrapolando a lógica urbanística que estabelece normas e leis para uso do solo (Maricato, 2002).

Aos pobres, sem rendimento mensal para financiar uma unidade habitacional, a ocupação foi um dos principais elementos para a produção de um lugar de moradia. O Vale do Rio Timbó se torna esse local para os trabalhadores civis empregados nas obras dos conjuntos habitacionais, alocados em dormitórios temporários. Com a finalização das obras, alguns dos trabalhadores permaneceram, e outros sujeitos, em busca de um pedaço de terra, juntaram-se à ocupação.

À medida que o Vale se tornava espaço de moradia para sujeitos pobres, foi considerado uma ocupação irregular pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e pelo então governo do Estado, que, entre 1980 e 1982, empreenderam ações de contenção da ocupação, com a demolição dos barracos — de madeira e lona — e das casas de taipa<sup>4</sup> erguidas pelos moradores, como relembra a dona Ivete<sup>5</sup>. A interlocutora chegou ao Timbó em 1981, quando se mudou do bairro da Torre, área central da cidade, após a falência de sua loja de tecidos, que ocasionou a mudança com a venda dos bens — casa e carro — para quitar as dívidas.

A ida para o Timbó foi intermediada pela prima do seu falecido marido, já residente na ocupação em formação, que oferecia a possibilidade de moradia àquela família. Foi o marido quem visitou o local, cercou um terreno ao lado da casa da prima e ergueu um barraco com a ajuda daqueles parentes — para onde dona Ivete e os quatro filhos foram conduzidos cerca de uma semana depois.

A gente não era rico, mas vivia bem demais... perdemos tudo e viemos morar aqui embaixo... aqui embaixo pra mim era novidade, decepção, porque eu era acostumada numa vida e de repente eu caí com a cara na lama, entendeu? Mas mesmo assim eu enfrentei. Não tinha energia, não tinha água... aí começou a jornada da gente... é uma favela? É um bairro? Só sei que era um buraco rodeado de barreira. Era uma casa ali, outra acolá... que se você precisasse de socorro de uma coisa você tinha que subir! Subir! Pra pegar um carro tinha que ser lá... na principal [do bairro dos Bancários]... porque até ônibus era pra lá (Dona Ivete, moradora do Timbó desde 1981, entrevista realizada em maio de 2019).

<sup>4</sup> Construção a base de barro, cascalho e madeira.

<sup>5</sup> Para denominar as interlocutoras, são utilizados codinomes com o intuito de resguardar suas identidades e evitar qualquer constrangimento que as reflexões possam lhes causar.



A novidade é experienciada como uma decepção pela quebra e declínio no padrão de vida, conhecendo uma vivência à margem da cidade, mas que se apresentava como uma oportunidade para transformar um espaço ermo em local de moradia. A ocupação, assim, pode ser compreendida como um meio pelo qual aqueles sujeitos, que não se enquadravam no financiamento de um imóvel nos conjuntos habitacionais, reivindicavam o direito à moradia. São modos de morar e habitar que driblam a falta de oportunidades na lógica da gestão urbana, que fomenta uma exclusão urbana<sup>6</sup>.

O surgimento e a consolidação do Tímbó é uma construção da cidade a partir das margens (Agier, 2015), especialmente ao considerar as disputas com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) pela permanência no espaço. Dona Ivete vivenciou essas disputas, empreendidas nas visitas periódicas de agentes públicos com tratores para demolir os barracos e as cercas levantadas para demarcar terrenos, contando com a presença da polícia militar para intimidar e administrar eventuais conflitos diretos.

A interlocutora relembra como os moradores, no início da ocupação, encontraram na solidariedade um resguardo coletivo para continuar no local e buscar tratativas que evitassem um conflito direto, que resultasse em prisões por desacato ou em remoções definitivas. A solidariedade se manifesta no cuidado com as crianças durante as ações, bem como no auxílio para a retirada de documentos e demais bens, a fim de evitar perdas durante as demolições. Além das tentativas de diálogo com os agentes.

Pouco adiantou justificar que “aqui só tem mãe de família”, “não queremos confusão” e “é tudo trabalhador”, noções morais acionadas por dona Ivete como respaldo nas tratativas para evitar as ações de demolições, que não lograram êxito. Ao fim das ações, o que restava era separar os entulhos dos materiais a serem reutilizados e coordenar as reconstruções com os homens, que geralmente trabalhavam fora, quando este era uma figura presente na família. E o processo recomeçava com um enfrentamento baseado na solidariedade e em tentativas de apaziguamento, mas que também contou com casos de conflito direto, cuja baixa frequência foi apontada como receio de possíveis prisões.

A quebra de braço com a PMJP perdurou por dois anos, com a organização comunitária possibilitando a luta pela permanência, o exercício de um poder coletivo para

---

<sup>6</sup> A exclusão urbana inicia no planejamento e se reforça na produção de uma *cidade para alguns*, que ignora as camadas pobres e ressalta a acumulação de riqueza e a especulação imobiliária (Rolnik, 2015).

reinventar a cidade. O êxito da ocupação no Vale se concretiza em 1983, com a consolidação da Comunidade do Timbó, que recebe o nome do rio. É um desfecho que resulta da mobilização, fundamental para a continuidade dos sujeitos na ocupação, e do momento nacional de redemocratização, com a aproximação dos governos — federal, estadual e municipal — aos movimentos sociais<sup>7</sup>.

Período em que o Timbó passou por um crescente desenvolvimento populacional com a chegada de novas famílias que ocupavam terrenos ainda vazios ou compravam casas no mercado imobiliário informal. A comunidade cresce principalmente no terreno anteriormente utilizado para a extração de matéria-prima, com um contingente de moradores exponencial após a implementação dos serviços de água encanada (1987) e energia elétrica (1988/89), segundo relato de Laura — uma interlocutora que conheci em 2018 e que contribuiu para minha inserção no universo da pesquisa.

Laura chegou à comunidade ainda pequena, em 1989, acompanhada dos pais que se mudaram do interior para a capital em busca de tratamento médico para o filho mais velho. A interlocutora e sua família se instalaram em uma chácara no bairro Castelo Branco, onde o pai trabalhou como caseiro até surgir a oportunidade de comprar uma casa no Timbó. Laura experienciou o desenvolvimento local e fala com orgulho das conquistas da comunidade para chegar à configuração urbana atual. Ela ocupava a condição de liderança comunitária no período em que nos conhecemos, ocasião em que se prontificou a apresentar a comunidade em uma caminhada pelas principais ruas.

Caminhando pelo Timbó e conversando com Laura, comentamos como as ruas, os becos e as vielas se formaram de acordo com as casas construídas e os espaços deixados pelos moradores para as vias públicas, delineando passagens sem um padrão específico — umas estreitas e outras largas, algumas retas e outras tortuosas. Nessa configuração urbana, a comunidade se desenvolveu, composta por moradores majoritariamente negros,

---

<sup>7</sup> A eleição de Wilson Braga para o governo estadual e a nomeação de Oswaldo Trigueiro para o governo municipal iniciam uma política de consolidação das ocupações em comunidade e de investimento em ações na área habitacional e sanitária, com a criação da Fundação Social de Apoio ao Trabalho (FUNSAT), coordenado pela primeira-dama Lúcia Braga (Lavieri; Lavieri, 1992). Essa consolidação é parte de uma política urbana de baixo custo que busca integrar as comunidades na cidade, uma vez que a remoção das ocupações seria onerosa devido à necessidade de investimentos em habitação social e infraestrutura em outro espaço urbano para realocação das famílias.

de origem interiorana, mas que atualmente conta com uma população *nascida e criada* no Timbó<sup>8</sup>.

São moradores que se inserem no mercado formal e informal de trabalho, que habitam a cidade a partir do Timbó, um espaço à margem que cresce em meio a carências na infraestrutura, nos equipamentos e nos serviços públicos, mesmo com o processo de valorização imobiliária que atinge a zona sul a partir dos anos 2000, e que se intensificou na última década. Ao caminhar com Laura pela comunidade, acompanhar o trajeto de outros moradores no local, ou mesmo compartilhar a calçada com as interlocutoras para conversar sobre a experiência de moradia no Timbó, foi comum a narrativa de um *Timbó hoje* que se difere do passado, principalmente, pela urbanização alcançada com a mobilização comunitária.

Do início dos anos de 1980 até a primeira década dos anos 2000, a comunidade experienciou um urbano com ausência de pavimentação, saneamento básico e com áreas de risco ambiental que colocavam as famílias em perigo iminente. A organização comunitária se constituiu como uma alternativa para buscar o acesso a serviços e equipamentos urbanos, um caminho pelo qual os moradores conseguem praticar o poder coletivo ao participar do processo de urbanização (Harvey, 2014). Assim, a Comunidade do Timbó nasce de um movimento de reivindicação ao direito à moradia: a ocupação de um espaço concebido como ermo e produzido e vivido como lugar de moradia (Lefebvre, 2008); e se desenvolve com a organização e mobilização comunitária, os principais instrumentos para a agência política e a configuração urbana atual.

### A Campanha SOS Timbó

Um marco na conformação do *Timbó hoje* — urbanizado, tranquilo e bom de viver — foi a *Campanha SOS Timbó*, constantemente mencionada pelas interlocutoras ao

---

<sup>8</sup> Um censo comunitário 2015-2016 da gestão da Associação Comunitária de Moradores do Vale do Rio Timbó (ACMVT) informa que o Timbó é constituído, majoritariamente, por famílias chefiadas por mulheres, com uma média de 5 pessoas por grupo familiar vivendo em casas próprias, enquanto 23% da população residia em casas alugadas. O rendimento médio se concentra entre 1 e 1,5 salário-mínimo, com incidência de famílias sem rendimentos e dependentes de políticas sociais, bem como de rendimentos de 2 ou mais salários-mínimos. Complementando esses dados, o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) divulgou a população atual da comunidade, composta por 3.342 habitantes, 220 moradores a mais do que o contabilizado em 2010, distribuídos em 1.266 domicílios.

narrar sobre o passado e o presente da comunidade. A campanha surge da mobilização comunitária em parceria com grupos institucionais internos — as igrejas católica e evangélicas e a associação de moradores — e externos — o Rotary Club e o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) —, e foi precursora no uso de plataformas digitais para trabalhar e compartilhar as demandas locais.

Os moradores, que há tempos lidavam com as consequências das fortes chuvas — com casas inundadas pela cheia do rio ou ameaçadas pelo deslizamento das encostas —, mostravam-se desacreditados quanto à resolução dos problemas com as áreas de risco, especialmente pelo não cumprimento das várias promessas eleitorais dos candidatos que realizavam campanha na comunidade, relatou Laura em uma entrevista sobre a criação da SOS Timbó. Nos períodos de chuvas, essas áreas chamam a atenção da mídia, que veicula as ações preventivas e paliativas da Defesa Civil e as consequências das chuvas.

O Timbó é uma das comunidades que integram o conjunto de localidades monitoradas, reforçando um sentido de vulnerabilidade. Eram períodos complicados na comunidade, os quais mobilizaram os moradores — tanto aqueles em risco iminente quanto os demais, que residiam fora das áreas diretamente afetadas e se solidarizavam com a situação. Laura comenta que foram

madrugadas com os pés dentro da lama, que quando dava cinco horas, que o dia estava pensando em chover, aí as meninas lá de baixo [próximo ao rio] ligavam e aí já não dormia mais. Tinha dia que estava alerta mesmo, de noite quando sentia que estava chovendo, já ficava assim... aí quando chegava o telefonema eu ligava para o padre, ligava para Sandra, que era uma menina lá da DIPOP [Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular], lá da prefeitura (Laura, moradora da Comunidade do Timbó desde 1989, entrevista realizada em fevereiro de 2019).

O preparo para a chuva tornava-se motivo de preocupação, diante do provável agravamento da situação — com risco de perda dos móveis, da casa (devido a desmoronamentos, soterramentos e alagamentos) e até da vida de membros da família. O presságio da chuva causava ansiedade e alerta, como a falta de sono e a inquietação de receber alguma má notícia, o que estimulava a ânsia de manter o telefone perto para receber ou realizar ligações em socorro aos moradores em risco iminente.

Algumas figuras foram fundamentais no auxílio e ações paliativas aos moradores, como o padre responsável pela capela, que disponibilizava o salão paroquial como abrigo



temporário. Além de uma funcionária da DIPOP, incumbida de acionar a parte de socorro da PMJP, que se deslocava até a comunidade para conferir os estragos e empreender ações paliativas. Diversos agentes estão envolvidos nesse processo, em que moradores, a igreja – na figura do padre – e a PMJP – por intermédio da funcionária em questão – constroem uma espécie de arranjo para lidar com uma causa social e urbana, configurando uma luta coletiva em torno da comunidade. Luta que resulta de um processo associativo na construção de causas sociais (Pereira, 2018).

No dia 10 de maio de 2023, a título de ilustração, ocorreu uma reunião na sede da igreja católica dos Bancários entre os moradores, os grupos institucionais apoiadores da Campanha SOS Timbó, os representantes da PMJP e dois então vereadores, que discutiram a situação das famílias em área de risco e cobraram celeridade na construção do conjunto habitacional para realocação daqueles em situação de risco iminente. A reunião foi matéria no blog *Cristão em Ação* que, entre registros fotográficos e acordos firmados, apresenta como a igreja e organizações civis apoiadas no trabalho social contribuem com os moradores ao prestarem suporte à mobilização comunitária.

As lideranças comunitárias criam mais espaços de atuação, colocando-se como porta-vozes do Timbó — a partir da proximidade e da experiência com as consequências das fortes chuvas e da ausência de infraestrutura básica. Recebem apoio de agentes públicos legitimados — como a igreja, o Rotary Clube Bancários, a DIPOP e vereadores —, além de organizarem os demais moradores por meio de práticas como reuniões, bloqueios de trânsito e publicações no blog, por exemplo. A mobilização vai conquistando maior visibilidade e institucionalização nesse processo associativo gestado em torno da *coalizão* entre os agentes, especialmente com a relação entre o padre André e os moradores, que, como reforça a matéria escrita e publicada por ele, ressalta a esperança em uma “solução definitiva” aos moradores “que já estão cansados e martirizados pelas tragédias [...], bem como pela demora na prestação de serviço por parte das autoridades públicas responsáveis” (Cristão em Ação, 2013).

Uma solução definitiva é cobrada porque a forma de lidar com as áreas de risco no Timbó baseava-se no trabalho paliativo, com os moradores organizando um *modus operandi* de resguardar a integridade física, deslocando-os para um abrigo, salvando os móveis possíveis e solicitando a atuação dos agentes públicos. Angélica era uma dessas



moradoras em risco iminente, que chegou na comunidade por intermédio de uma tia já residente, a qual facilitou um acordo de compra de uma casa nas proximidades da encosta.

Ao *morar no pé da barreira*, presenciou o deslizamento de parte da encosta e a saída temporária da casa, em recomendação da Defesa Civil, frente à expectativa de acumulados de chuva que poderiam ocasionar novos deslizamentos. “[...] eu tinha o maior medo da barreira cair”, revelou ao falar sobre a aflição vivenciada no primeiro inverno que enfrentou no Timbó e impulsionou a mudança de residência da interlocutora e seu marido, recém-casados. O casal tinha a possibilidade de vender a casa e morar de aluguel em outra rua, onde permaneceram por cerca de 2 anos até a aquisição de uma casa no terreno plano da comunidade, próximo à rua Abelardo Pereira dos Santos, que faz fronteira com os Bancários.

O medo do desabamento motivou a mudança daqueles que tinham condições a buscar uma moradia segura, como Angélica, mas nem todos dispunham dessa possibilidade, mantendo-se nas casas e se preparando para atenuar o resultado das chuvas. Provavelmente as ações paliativas se manteriam até hoje, caso a organização e mobilização comunitária não tivesse se fortalecido e logrado êxito ao pressionar a PMJP por melhorias nas condições urbanas e resolução das complicações com as áreas de risco ambiental. O caminho para uma reivindicação continuada, atuante e resistente, salientam Laura e o padre André — que inicia seu trabalho no Timbó em 2009 —, fundamentou-se no empoderamento dos moradores e na parceria com agentes institucionais que contribuíram para ampliar as formas de atuação e a pressão junto à PMJP e à Câmara Municipal.

A Campanha SOS Timbó, amplamente divulgada no blog *Cristão em Ação*, surgiu após tratativas frustradas com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), cujo diálogo não avançou para além da criação de um projeto de urbanização — elaborado durante as primeiras tentativas dos moradores de estabelecer contato com a gestão municipal e a Câmara dos Vereadores, em 2007. Laura conta que assim como o inverno passou, os acordos foram esquecidos e o projeto engavetado, seguindo nessa lógica até 2010, quando utilizam a estratégia de fazer parcerias para fortalecer a “causa do Timbó”.

Nesse período, o padre André se prontifica a trabalhar junto com os moradores na campanha, estimulando e documentando a mobilização comunitária com o uso do



respectivo blog da igreja e da rede social X — na época denominada Twitter — para compartilhar as “condições de calamidade” do Timbó e publicizar as tratativas com a PMJP, buscando alcançar apoio da população, de modo geral, e se constituindo como mais um caminho para pressionar a prefeitura.

Questionado sobre o uso da mídia digital, André apontou como um caminho que ampliou o alcance e incentivou “a mídia tradicional a ir atrás dessa notícia, o que é que tá acontecendo? Então como a gente não tinha espaço, [...] não tinha conhecimento de televisão, de rádio, então os meios que nós tínhamos era o Twitter e o blog” (André, entrevista realizada em junho de 2023). Com o blog, acionou as imagens comumente veiculadas nos jornais locais para denunciar as condições de vida na comunidade, agravadas nos períodos chuvosos.

Figura 01 – Compilado de registros fotográficos no blog



Fonte: Blog *Cristão em Ação*, fotografias publicadas entre os anos de 2010 e 2013, sem crédito ao/a fotógrafo/a.

A lama e a água que invadem as ruas e algumas casas da comunidade — especialmente aquelas próximas ao rio, onde o nível da água alcança as panturrilhas — desenham as variações do tipo de registro que atravessa o Timbó. A segunda imagem da

segunda linha de fotografias, por exemplo, foi capturada do alto de uma das encostas e apresenta o panorama de um trecho da parte baixa da comunidade, além de exibir a outra encosta — ambas com mais que o dobro da altura das casas —, um elemento que atravessava o medo dos moradores que conviviam lado a lado com ela durante o inverno.

Ao publicar as imagens, o objetivo da campanha não é somente pressionar a PMJP, mas sensibilizar a população da cidade e deixá-la ciente das condições dos espaços urbanos como o Timbó, a margem. Isso porque a mídia possui um importante papel na produção de imagens para sensibilizar ou apatizar o leitor sobre determinadas situações e grupos. Nesse caso, a mídia é apreendida pelos agentes em torno da campanha, que criam e selecionam imagens como um instrumento significativo na mobilização comunitária, pois compartilham não uma mera veiculação de informações, mas também significados, articulações sociais e a contestação do poder, como aponta Manuel Castells (2013).

A imagem busca sensibilizar ao ser selecionada com base em códigos emotivos que expressam o sofrimento dos moradores, bem como a sua revolta com a passividade da PMJP para resolução dos problemas locais. Imagens engajadas na mobilização para fomentar a revolta e a empatia do leitor (Castells, 2013), além de pressionar a demanda por direito à cidade, a condições dignas de vida no espaço urbano e, conseqüentemente, a participação do processo de urbanização. Assim, a mídia digital se torna mais um campo de engajamento para a mobilização comunitária, com as ações coordenadas pelos moradores, chegando a mais cidadãos através do compartilhamento do conteúdo, tocando tanto com a denúncia em texto quanto em imagem e com a propagação da informação sobre a campanha auxiliando, ainda, na conquista de doações de roupas e alimentos aos atingidos, além de alcançar a mídia tradicional, que toma a mobilização como pauta para matéria.

Com a SOS Timbó e a assimilação da plataforma digital do blog, as atuações periódicas — no inverno ou nas campanhas eleitorais na comunidade — em cobrança pela urbanização local se tornaram coordenadas, com execução durante todo o ano, ao publicar imagens das ruas sem pavimentação e saneamento básico; realizar paralisações no trânsito do bairro dos Bancários para chamar atenção à campanha; participar das reuniões do Orçamento Participativo (OP); e cooptar apoio de parceiros que contribuíram ao pleitear sessões na Câmara Municipal para debater a situação da comunidade e



reuniões com políticos. A coordenação de um planejamento e execução de ações, não somente no período de chuvas, mas durante todo o ano, esteve embasada na afirmativa de que os problemas da comunidade não sumiram ou se amenizaram nas demais estações.

Com a mudança no clima, ocorre uma ênfase em outras demandas, como apontou o padre André

Quando chega o verão tem um outro problema. Se no inverno tinha a chuva que elevava o nível de água do rio e as encostas caíam e derrubava as casas, no verão nós tínhamos um problema que era de muitas doenças respiratórias por conta que as ruas não eram calçadas, não tinham pavimento, então era barro (Padre André, pároco do bairro dos Bancários entre 2009 e 2019, entrevista realizada em junho de 2023).

A falta de infraestrutura básica impactou cotidianamente na vida dos moradores, seja afetando a saúde ou a autoestima, a escolaridade, o lazer, ou seja, a garantia de condições dignas de moradia. É uma circunstância que reverbera o processo de urbanização desigual na cidade, onde a exclusão urbana do Timbó e dos seus moradores é tensionada na organização e mobilização comunitária.

A mobilização é um caminho construído e resulta da organização comunitária, do estímulo aos moradores, da coordenação de ações sistemáticas, do diálogo com a PMJP e da busca por apoio externo para fortalecer a causa. É um processo cooperativo que depende, sobretudo, do apoio interno, da coalizão dos moradores para encorajar o agenciamento coletivo e revigorar a pressão pela urbanização. A noção de urbanização, inclusive, é acionada pelos interlocutores para designar um conjunto de intervenções públicas para a reorganização do espaço, com a implementação de saneamento, pavimentação, moradia segura e unidade de saúde, contemplando equipamentos, mas também serviços, como a expansão da vaga em Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) e atendimento médico e odontológico na comunidade.

São as demandas que orientaram a articulação comunitária, com os aspectos mais urgentes elencados: a resolução dos problemas com as áreas de risco ambiental e a melhoria na infraestrutura do Timbó, que impactavam de modo imediato a vida dos moradores. Novamente retorna-se à constante reivindicação pela cidadania que, como compreendida por Henri Lefebvre (2008), não se restringe ao reconhecimento legal de direitos básicos, pois também demanda a participação na cidade, tanto para usufruí-la



quanto transformá-la. O reconhecimento formal, portanto, não é cotidianamente vivenciado, já que os moradores continuamente se debruçam com os obstáculos da exclusão urbana.

Os moradores não são meros espectadores; eles agenciam a construção do espaço que habitam, produzindo um lugar de moradia (Pontes, 2021), organizando e disputando a sua existência e participação na cidade. A SOS Timbó concretizou a presença comunitária no planejamento e na execução das ações — o que não necessariamente foi um processo fácil, como apontou Laura, ao indicar que o desafio inicial foi fomentar a participação continuada dos moradores. Estes, apesar de vivenciarem a falta de urbanização e as áreas de risco ambiental, e de almejarem a resolução de tais condições, encontravam-se desacreditados quanto à concretização dessas melhorias ou não dispunham de tempo, devido ao trabalho doméstico, no mercado formal e/ou informal.

Participar requeria o desprendimento de tempo para comparecer às reuniões de planejamento e balanço das ações, locomover-se para colaborar com as respectivas ações — com presença nas sessões públicas, nos OPs ou nos protestos de bloqueio do trânsito — e acompanhar as reuniões com os secretários e o gestor municipal. Para otimizar a organização, um grupo de coordenação foi criado, sendo composto por figuras que representavam os moradores, como Laura e alguns membros da então gestão da ACMVT, das Igrejas católica e evangélicas e de apoiadores ligados ao Rotary Club, e ao Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) dos Bancários. Com a atuação de um grupo de coordenação, as ações mantiveram continuidade e o andamento das tratativas era repassado aos demais moradores por Laura e líderes comunitários à frente da associação, com o *boca a boca* sendo o principal canal de informação.

Laura conta, inclusive, que havia interesse dos moradores em saber “a quantas andava a coisa”, sendo um motivo de risadas a afirmação de que não tinha “sossego” ao sair na rua devido às constantes pausas pelas calçadas para responder às perguntas dos locais. Estimular a participação dos demais moradores com a presença nas ações, portanto, não pareceu ser uma dificuldade em relação somente ao interesse, visto que a busca por informações pode indicar a atenção quanto à atuação do grupo de coordenação e ao andamento da campanha. Para criar condições propícias à presença dos moradores



nos OPs, por exemplo, que demandavam se locomover para outros bairros da cidade, um ônibus foi providenciado com o auxílio dos parceiros institucionais.

Este episódio é posto pela interlocutora como uma “virada de chave”, quando as promessas e projetos começam a se concretizar, “sair do papel”. Sem custos de deslocamento, os moradores compareceram “em peso” — grande quantidade — naquela edição do OP que contou com a presença do prefeito e demais agentes públicos para debater demandas urbanas, sendo orientados a padronizar o apelo e fortalecer o argumento das lideranças comunitárias que tiveram espaço de fala. É o momento em que, para Laura, o Timbó consegue se colocar como prioridade entre as demandas da cidade.

A gente saiu orientando cada morador: olha, a gente vai pedir aqui a urbanização do Timbó! Quando chegar a sua vez, que você assinar a listinha, você diz “olha, eu sou do Timbó e a gente quer a urbanização do Timbó!”, a gente quer a urbanização do Timbó! A urbanização do Timbó! A urbanização do Timbó! Você sabe o que é 90 pessoas da comunidade entocada<sup>9</sup> dentro de um ônibus que só cabe 40 e poucas, 50 e poucas pessoas? (Laura, moradora da Comunidade do Timbó desde 1989. Entrevista realizada em fevereiro de 2019).

O apoio dos moradores foi demonstrado na numerosa participação, assinando lista, registrando demandas e ovacionando a fala dos representantes da SOS Timbó, a então líder da ACMVT e a Laura. Os atos públicos eram encabeçados pelos moradores, que tomavam a frente nas falas para que a campanha não fosse associada a apenas uma pessoa e se tornasse “uma coisa de um salvador da pátria”, enfatizou o padre André durante nossa conversa, constantemente afirmando o “empoderamento da população”.

A ampla participação no OP indicava à PMJP como os moradores estavam mobilizados na reivindicação por melhorias nas condições de vida no Timbó, o que contribuiu para pressionar o gestor público a não somente considerar o agenciamento, como a tirar do papel as negociações. Uma mobilização que pode ser lida enquanto exercício do poder coletivo, como discutido por David Harvey (2014), na prática de reinventar a cidade, de participar do processo de urbanização. As lembranças de Laura sobre essa situação são enunciadas com orgulho, dando especial atenção a sua leitura da

<sup>9</sup> O termo refere-se ao ato de estar recolhido, escondido ou metido em toca. Aqui, indica a grande quantidade de pessoas dentro de um transporte.



carta do Timbó ao prefeito, bem como à participação dos demais moradores e os resultados que sucederam.

Eu fiz uma abertura fantástica, deixa quieto<sup>10</sup> [risos]. Meu nome é Laura e vim aqui para falar pela Comunidade do Timbó! Levanta aí meu povo do Timbó. E o povo gritando, êêê. Aí eu comecei a ler a carta, menina, foi emocionante. Depois veio uma outra pessoa da presidência anterior da associação, uma garrafa de 2 litros de esgoto e disse: olha aqui, prefeito, isso aqui é onde nossas crianças brincam, com os pés dentro do esgoto, adoecendo por conta da falta de infraestrutura na comunidade. Pronto, depois disso deslanchou, foi muita coisa e tudo que a gente conseguia tinha mobilização. Se falasse de reunião para resolver alguma coisa, o povo estava junto (Laura, moradora da Comunidade do Timbó desde 1989. Entrevista realizada em fevereiro de 2019).

As condições de vulnerabilidade sanitária que impactaram os moradores foram extensivamente utilizadas na campanha para denunciar a realidade local, seja em registros fotográficos publicados nas mídias digitais, seja na exibição das substâncias fluidas e de coloração escura que marcaram as ruas, os becos, as vielas e o cotidiano, adoecendo os moradores, afetando a pertença e o acesso a condições dignas de moradia. Acionando as imagens de vulnerabilidade sanitária para enfatizar a importância da mobilização, o que Laura e André, membros do grupo de coordenação da SOS Timbó, acentuaram foi a importância de não reduzir a comunidade à carência e vulnerabilidade, mas a um lugar onde os moradores experienciam adversidades e luta por melhores condições de vida.

A desenvoltura comunitária na OP é apontada por Laura como expressão de *força* ou, nas palavras de André, de “empoderamento” da população, que se entusiasmou na continuidade da participação após os resultados da reunião: a concessão de verbas para a urbanização de três comunidades, entre elas o Timbó. Laura acompanhou de perto todo o processo, tanto como moradora engajada na campanha quanto como funcionária da construtora responsável pelas obras, observando o decurso do lançamento do edital para licitação, da seleção da empresa, do valor investido e do plano de obras. Informações que foram compartilhadas com a comunidade para o conhecimento do processo e a fiscalização dos trâmites.

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada de forma bem humorada para indicar a boa performance da interlocutora, pontuando o autoelogio da abertura fantástica, mas sem aprofundá-lo.



[...] avenidas de bairros abastados como Manaíra, tendo o asfalto todo refeito (Av. Esperança - Manaíra, por exemplo). Me pergunto: por que para a classe pobre a burocracia empaca, enquanto que os recursos investidos em bairros ricos a burocracia do poder público não é problema? (Matéria do blog *Cristão em Ação*, 22 de março de 2011).

Uma gestão urbana interessada em beneficiar a especulação imobiliária, baseada na expropriação do trabalho e na segregação socioespacial pode ser uma alternativa de resposta à colocação do padre. Os investimentos em bairros nobres não encontram impedimentos porque é rentável a PMJP destinar boas condições urbanas aos espaços turísticos e que fomentam a construção e a venda de imóveis de alto valor. No Timbó, a burocracia estancou algumas vezes durante o processo, ocasionando as paralisações.

Em 2012, as obras são retomadas e novamente suspensas, deixando a construção das casas incompletas e evidenciando a baixa qualidade dos produtos utilizados, com portas de madeira estufada, portas de aço enferrujadas, fiação exposta, cupim na madeira de sustentação das telhas, além da falta de instalação das pias, para citar os exemplos registrados e divulgados no blog. As reivindicações continuam na respectiva plataforma digital e nas ruas da cidade, paralisando o trânsito nas imediações da rua principal do bairro dos Bancários e na via de ligação aos bairros Portal do Sol e Altiplano Cabo Branco. Em 2013, as obras são retomadas, sob nova gestão municipal, e as finalizações encetadas a partir de 2014.

Gradualmente, a paisagem urbana registrada e divulgada no blog passou a evidenciar ruas em processo de pavimentação, com destaque para os paralelepípedos, os montes de areia e demais materiais de construção que sinalizavam o avanço das obras. As imagens que antes denunciavam a falta de infraestrutura deixam de ser acionadas, permanecem como registro e cedem lugar à concretização da mobilização dos moradores — “a realização de um sonho”, como destaca o título de um dos textos publicados. Essa conquista, no entanto, continua sendo acompanhada de forma atenta, a fim de garantir sua plena finalização

Ver e compartilhar as ruas ganhando pavimentação e saneamento, acompanhar a contenção das encostas e a construção das unidades habitacionais é apontado nos textos do blog como a realização de um sonho. Uma experiência permeada pelos desafios com a burocracia, com as negociações e pressões para a continuação das obras, que perdurou



por duas gestões municipais. A concretização do sonho foi algo conflituoso, que necessitou da mobilização constante para que o processo não ficasse pela metade, sem a conclusão das obras prometidas.

Figura 03 – Compilado de imagens do Timbó, veiculadas no blog, com as obras de urbanização



Fonte: registros de Abelardo Maia, publicados no Blog *Cristão em Ação*, postagem de 27 de dezembro de 2012.

As denúncias do descaso ganham duas versões no blog. O segundo texto é publicado em 2013, após 2 anos e 5 meses da primeira publicação, com o título: “Descaso do poder público com a Comunidade do Timbó – Parte II”. O alcance da verba e o início das obras não resguardavam a conclusão da urbanização da comunidade, de modo que a organização comunitária com a fiscalização dos processos e a mobilização para pressionar sua finalização foram fundamentais para a finalização das obras, entregues pela PMJP em 2015. A inauguração ganhou destaque nos jornais locais e no site oficial da prefeitura, que anunciaram o Novo Timbó — denominação atribuída ao conjunto habitacional destinado às famílias realocadas. Em algumas matérias, contudo, o termo

acabou por abarcar a nova configuração urbana da comunidade, agora pavimentada, saneada e com os problemas relacionados às áreas de risco ambiental resolvidos.

Uma diferenciação em relação às condições de infraestrutura do passado, com um Timbó apresentado como *novo* e em sintonia com o momento de melhorias urbanas no bairro dos Bancários e arredores, em crescente especulação imobiliária. A lógica do *novo* é apreendida pelos moradores, que ressaltam o indicativo da gestão pública para reforçar uma nova configuração urbana e uma busca para integrar a cidade para além das margens. Se orgulham em afirmar a diferença do que o Timbó já foi e de como está atualmente, narrando a comunidade com ênfase para a urbanização, os equipamentos e serviços públicos disponíveis e a tranquilidade como elementos basilares que compõem o *Timbó hoje*.

O *Timbó hoje* é uma releitura dos moradores sobre o *Novo Timbó*, incluindo elementos para além da urbanização ao delinear a atual experiência de morar na comunidade. A fala de dona Fatinha exemplifica a produção e o destaque dos sentidos positivos para se referir ao lugar e singularizar seu passado e presente, visto que hoje

É o céu [...] quando eu cheguei pra morar aqui era uma favela de verdade, hoje tudo o que é bom aqui tem: tem botijão de gás perto, tem supermercado, tem frigorífico, tem padaria, tem posto de saúde, tem creche, tem igreja pra todo gosto. Quando cheguei aqui não tinha nem água, nem energia, era barraco e casa de taipa... uma situação muito difícil. Hoje não! Hoje aqui eu vivo no céu, o problema é só a ladeira, mas o resto é céu comparado a antes. Eu gosto muito daqui, graças a Deus aqui tem de tudo, a gente pode dizer que mora numa cidade (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984. Entrevista realizada em 16 de julho de 2019).

A concretização da campanha SOS Timbó proporciona melhores condições de vida com a conclusão das obras. Uma reivindicação que alcança um contexto de diferenciação das noções de carência evidenciadas no passado, principalmente nas imagens veiculadas sobre o lugar na mídia televisiva e digital, comumente apoiada em matérias sobre a criminalidade e a vulnerabilidade pela falta de infraestrutura e pelas áreas de risco ambiental. Mas “hoje não!”, o que se apresenta atualmente “é céu comparado a antes” porque é o contraste com o que faltava, ao menos no que se refere à urbanização tão celebrada.

A melhoria nas condições de infraestrutura e na disposição de serviços privados e públicos são apontados como uma vivência boa, em um lugar que se gosta e que “tem de



tudo”. São mudanças que afetam diretamente o pertencimento dos moradores e fomentam narrativas preocupadas em mostrar, para os de fora, as coisas boas, como o *céu*, associado à ideia de paraíso. Para ela, contudo, a ladeira para acessar a parte alta é uma exceção, pois, por ser uma pessoa idosa e residir nas proximidades do rio, na parte baixa (ver figura 02), tem dificuldades para se locomover a pé até a rua principal, onde estão o transporte público e certos empreendimentos comerciais.

Dona Fatinha tece uma colocação interessante na reflexão da reivindicação do ambiente urbano, uma vez que as condições presentes da comunidade lhe permitem considerar que “mora numa cidade”. Há uma modificação na experiência de pertencer à cidade, não somente como um espaço físico, mas, como defende Lefebvre (2008), um espaço de apropriação, participação e reconhecimento social. A urbanização garante melhores condições materiais, mas reforça o pertencimento e o caminho da mobilização como meio para o exercício da cidadania, da reivindicação da cidade. É uma transformação no modo de se ver e ser visto na cidade, usufruir e participar da produção do espaço.

### Considerações finais

Henri Lefebvre (2008) defende que a cidade é uma construção social e política, assim, a atuação dos moradores é uma prática da luta pelo direito à cidade, que se mantém mesmo após a urbanização, com a busca pela resolução de outras demandas, sejam elas antigas — como a melhoria na unidade de saúde — ou recentes — o desejo de mais espaços para o lazer. A produção do Timbó é empenhada pela participação dos moradores, uma organização e mobilização de longo prazo, com início das negociações com a PMJP em 2007, e que se concretiza devido à busca em poder afirmar que se mora na cidade e, conseqüentemente, sentir-se parte dela<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Ampliando o diálogo com Lefebvre (2021), a mobilização comunitária desempenhada por meio das ações dos moradores e da parceria com outros agentes institucionais, poderia ser pensada sob a análise dos ritmos. A ritmanálise defendida pelo autor, grosso modo, é o estudo dos diversos ritmos — naturais e sociais — que configuram a vida cotidiana e estão entrelaçados na produção do espaço urbano, assim como na experiência da vida na cidade, com o corpo sendo a referência e o tempo um elemento principal nessa construção analítica. Logo, a sazonalidade das chuvas, a sistematização das ações e os períodos de publicações sobre a campanha no blog marcam o processo — temporal —, e são constituídos por ritmos que permitem pensar como os moradores vivenciaram, resistiram, negociaram e reinventaram o cotidiano atravessado pelas áreas de risco ambiental na luta por melhores condições de vida.

A urbanização da Comunidade do Timbó é compreendida como um exemplo da luta pelo direito à cidade, de reivindicar e participar da produção do espaço urbano através da organização e mobilização comunitária, condensada na campanha SOS Timbó. Experienciando uma configuração urbana com ausência de infraestrutura básica até 2015, quando ocorre a entrega oficial das obras de urbanização pela PMJP, os moradores renovam a atuação e a esperança na transformação das condições locais com os resultados da campanha, que fortaleceu a luta ao estabelecer parcerias e realizar ações continuadas.

O padre André entende que “todo o Timbó hoje tem as suas ruas pavimentadas e esgotadas, isso fruto do trabalho dos moradores”(entrevista realizada em 23 de junho de 2023). Essa reivindicação da cidade, que alcança a concretização dos desejos por meio da participação no processo de urbanização (Harvey, 2014), representa a garantia de acesso ao direito à cidade — uma condição continuamente exercitada. A concretização da campanha tornou o Timbó reconhecido como uma comunidade que modificou suas condições materiais graças à mobilização comunitária, alerta André, que ainda complementa afirmando que

A gente era chamado para contar nossa experiência em outras comunidades, em outros bairros mais populares de João Pessoa. Não vai dizer que é só o Timbó que passa por isso [...] se a comunidade não se levanta, não vai atrás, são tantas demandas que a prefeitura vai ela mesma definindo suas prioridades. Então o Timbó ficou conhecido como aquela comunidade aguerrida, que se levantou e procurou os seus direitos e provocou o poder público até chegar em uma solução (Padre André, pároco do bairro dos Bancários entre 2009 e 2019. Entrevista realizada em 23 de junho de 2023).

Com uma mobilização comunitária continuada, os moradores conseguiram vivenciar novas configurações urbanas, como o acesso à infraestrutura básica e resolução das áreas de risco ambiental. Ao experienciar a cidade a partir da margem, os moradores reforçam a colocação de Agier (2015), de como a condição de margem não é apenas de carência, falta e vulnerabilidade, mas também de criatividade e construção urbana, da fabricação de formas alternativas de estar na cidade, de reinventá-la. Ou, ainda —, para continuar com uma leitura orientada pelo direito à cidade — de reivindicar a produção do urbano, bem como de compartilhar a experiência de organização e mobilização com outras comunidades.



## Referências

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados cartográficos. Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn2/>. Acesso em: 20 out. 2025.
- LAVIERI, João; LAVIERI, Maria Beatriz. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986**. João Pessoa: NDIHR, 1992. v. 16.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferação e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 89-113, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/30429>. Acesso em: 19 out. 2025.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.
- PEREIRA, Jesus Marmanillo. Políticas públicas de habitação: ações públicas, solidariedades e construção de uma causa. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, PA, v. 6, n. especial, p. 163-176, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6489>. Acesso em: 19 out. 2025.
- PONTES, Williane Juvêncio. **Transformando o espaço em lugar: uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó, João Pessoa – PB**. Recife: Edições Grem-Grei, 2021.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2015. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. A política na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 699-716, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7275>. Acesso em: 19 out. 2025.



WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, v. 16, p. 27-39, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539975003.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

Recebido em: 25/04/2025.

Aceito em: 16/10/2025.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n35.73872.p79-102>